

ELIDE RUGAI BASTOS, INTÉRPRETE DO BRASIL: UMA CONVERSA

Karim Helayel¹

Maria Caroline M. Tresoldi²

RESUMO: Elide Rugai Bastos é uma das principais sociólogas do Brasil contemporâneo. Nessa conversa, concedida por videochamada em maio de 2021, temos uma visão da trajetória e da obra da professora, orientadora, pesquisadora e intérprete do país. Além de contar sobre seu percurso de pesquisa na área de Pensamento Social no Brasil, Elide Rugai Bastos a localiza no quadro mais amplo das Ciências Sociais e destaca a atualidade de alguns intérpretes e de certos temas e problemas para uma reflexão sobre os dilemas do país.

PALAVRAS-CHAVE: Entrevista. Elide Rugai Bastos. Pensamento Social no Brasil. Interpretações do Brasil.

ELIDE RUGAI BASTOS, AN INTERPRETATION OF BRAZIL: AN INTERVIEW

ABSTRACT: Elide Rugai Bastos is one of the leading contemporary sociologists in Brazil. In this interview, made by video call in May 2021, we dive into the trajectory and work of the professor, advisor, researcher and on her interpretation of Brazil. The

¹ Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é pesquisador de pós-doutorado na mesma instituição. E-mail: khelayel@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5680-4556>.

² Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Editora da revista *Temáticas*. E-mail: carolinetresoldi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8218-5181>.

intellectual talks about her research path in Brazilian Social Thought, takes stock of the area within in the broader framework of Social Sciences and highlights the current status of some of the interpretations and topics for a reflection on the country dilemmas.

KEYWORDS: Interview. Elide Rugai Bastos. Brazilian Social Thought. Interpretations of Brazil.

ELIDE RUGAI BASTOS, INTÉRPRETE DE BRASIL: UNA CONVERSACIÓN

RESUMEN: Elide Rugai Bastos es una de las principales sociólogas del Brasil contemporáneo. En esta conversación realizada por video llamada en mayo de 2021, tenemos una visión de la trayectoria y labor de la docente, asesora, investigadora e intérprete de Brasil. Además de contar su trayectoria como investigadora en el Pensamiento Social en Brasil, Elide Rugai Bastos hace un balance del área en el contexto más amplio de las Ciencias Sociales y resalta el estado actual de algunos intérpretes y de ciertos temas para una reflexión sobre los dilemas del país.

PALABRAS CLAVE: Entrevista. Elide Rugai Bastos. Pensamiento Social en Brasil. Interpretaciones de Brasil.

INTRODUÇÃO

Não há exagero algum na afirmação de que Elide Rugai Bastos é uma das sociólogas mais importantes e respeitadas do Brasil. Não por acaso, um de seus incontornáveis artigos foi incorporado à *Antología del pensamiento crítico brasileño contemporáneo* (2018), organizada por Breno Bringel e Antonio Brasil Jr., para a coleção Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño, publicada pelo Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO). A antologia organizada por Bringel e Brasil Jr. reúne ensaios de intelectuais da importância de Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antonio Candido, Roberto Schwarz, Silviano Santiago, Lélia Gonzalez, Heleieth Saffioti, Emília Viotti da Costa,

para citar alguns exemplos.³ Além disso, sua contribuição para a Sociologia brasileira vem sendo reconhecida através de diversos prêmios que recebeu nos últimos anos, como o “Prêmio ANPOCS de Excelência Acadêmica Antônio Flávio Pierucci”, em 2017, e o “Prêmio de Reconhecimento Acadêmico Zeferino Vaz”, conferido em 2007 pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), instituição na qual Bastos é professora e pesquisadora há mais de três décadas.

Se esses são apenas alguns indícios que atestam a importância da autora para a Sociologia brasileira, o que podemos falar de sua vasta obra? A produção intelectual de Bastos na área da Sociologia Rural é inescapável, em particular, podemos destacar o livro *As Ligas Camponesas* (1984), resultado de sua dissertação de mestrado. Seus trabalhos também vêm interpelando, de modo decisivo, diversas gerações de pesquisadoras e pesquisadores da área mais conhecida como Pensamento Social no Brasil, que ela ajudou a consolidar. Tomando de empréstimo as palavras de Antonio Brasil Jr. (2015, p. 553), “todos nós, em alguma medida, aprendemos a pesquisar e a refletir sobre o pensamento social no Brasil em diálogo com os trabalhos da autora”.

Nessa área, as formulações teórico-metodológicas de Bastos, a partir de diversos estudos minuciosos sobre a intelectualidade brasileira, mostram como diferentes interpretações do país logram efeitos políticos e sociais decisivos, ao fornecerem princípios de composição para a construção de projetos políticos e nas disputas por visões da sociedade. Se, por um lado, a autora estudou em detalhe a obra de Florestan Fernandes e se insere na tradição progressista de pensamento originada por ele (BRASIL JR., 2015), por outro lado, não deixou de estudar as ideias conservadoras, como as de Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Octávio de Faria etc., que interpelam há décadas a sociedade brasileira. Em livros como *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno* (2003) e *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira* (2006), a autora demonstra como a obra de Freyre é central para compreender o Brasil e alguns de seus mais persistentes dilemas, como o papel do

³ O artigo de Elide Rugai Bastos incluído na coletânea é “Atualidade do pensamento social brasileiro”, publicado originalmente em 2011, na revista *Sociedade e Estado*.

patriarcalismo na articulação da sociedade e a questão racial. O estudo de autores conservadores (ou mesmo reacionários) parte do pressuposto de que para entender o processo histórico e as dinâmicas das mudanças sociais é necessário desvendar as forças que lhe são opostas (MAIA, 2015).

Na conversa que a leitora e o leitor têm em mãos, podemos ter uma visão mais nuançada da atuação de Elide Rugai Bastos como professora, orientadora⁴, pesquisadora e intérprete do país. Vemos ao longo dessas páginas o que André Botelho (2018) chamou de “coragem sociológica”, indispensável aos e às intelectuais da periferia do capitalismo, pois, como insiste a entrevistada, em países historicamente dependentes, os intelectuais assumem “frequentemente protagonismo político” (BASTOS, 2018, p. 18). Com a entrevista, realizada por videochamada em maio de 2021, procuramos, de um lado, nos juntar aos esforços de pesquisadoras e pesquisadores que vêm estudando sua atuação e contribuição para o Pensamento Social produzido no país.⁵ De outro lado, temos como objetivo contribuir com os debates travados no interior do dossiê *Interpretações do Brasil e dilemas contemporâneos*, do qual essa entrevista faz parte, uma vez que Bastos (2002) nos lembra, a partir de sua análise da obra de Fernandes, que os momentos de crise, como o que vivemos no país nos últimos anos, podem ser pensados como ferramenta heurística para compreender o movimento mais geral da sociedade.

⁴ Vale chamar a atenção para o número expressivo de orientações da intelectual. Entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, seu currículo cadastrado na Plataforma Lattes conta ao todo com 59 orientações, mais especificamente, 33 dissertações de mestrado e 26 teses de doutorado, o que é uma pista de sua enorme contribuição para a formação de pesquisadoras e pesquisadores, especialmente no que se refere à área de Pensamento Social no Brasil. Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/4293442517002836>. Acesso 01 jun. 2021.

⁵ Destacamos, em particular, os artigos “Os sentidos da tradição: um estudo de caso no pensamento social brasileiro”, de João Marcelo Maia, e “As ideias como forças sociais: sobre uma agenda de pesquisa”, de Antonio Brasil Jr., ambos publicados na revista *Sociologia & Antropologia*, em 2015. Esses trabalhos oferecem pontos de partida consistentes para compreendermos as variadas dimensões da obra da autora.

CONVERSA COM ELIDE RUGAI BASTOS

Para iniciar nossa conversa, a senhora poderia contar um pouco sobre sua trajetória de pesquisa e de docência na área de Pensamento Social?

A pergunta é, de certo modo, sobre como minha formação me levou a pensar e a trabalhar na área de Pensamento Social. Fiz graduação em Filosofia e quase simultaneamente em Música. Primeiramente em Música, depois em Filosofia. Acho que isso significa que a área de cultura estava no meu horizonte desde a escolha do curso de Música, onde estudei história da arte, história da cultura brasileira. Em Filosofia, havia duas disciplinas sobre Sociologia que despertaram meu interesse. Depois cursei como ouvinte algumas disciplinas na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e o tema do Brasil agrário me chamava a atenção. Eram anos – me refiro ao início dos anos de 1960 – em que os movimentos sociais do campo eram fortes e se discutia a legislação para os trabalhadores rurais, até então inexistente. Além de discutir a temática da questão agrária, me interessei pelas disciplinas de metodologia de pesquisa.

Algum tempo depois, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), onde defendi mestrado sobre as Ligas Camponesas. Obviamente não era somente a questão agrária que entrava no meu horizonte de pesquisa, mas também a questão dos movimentos sociais. Tive, então, a oportunidade de frequentar uma disciplina com Alain Touraine, que ministrava na USP um curso sobre movimentos sociais. Ali, também, acompanhei as aulas de Lehmann, grande pesquisador inglês sobre questão agrária. Acabei desenvolvendo alguns trabalhos nessa área e me interessando muito pelo estudo dos movimentos sociais.

Como estudei os movimentos sociais de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, além de projetos de sindicalização rural, percebi que essas mobilizações se desenvolviam, em suas diferentes vertentes, tendo como base várias interpretações sobre essa região. Estavam presentes a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a intervenção da Igreja católica, o Partido Comunista. Então me interessei,

para fins de doutoramento, por duas interpretações do Nordeste, buscando comparar a visão de Euclides da Cunha e de Gilberto Freyre.

Entrei no doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do professor Octavio Ianni. Naquele momento, a PUC-SP tinha contratado parte dos professores da USP aposentados compulsoriamente pelo Ato Institucional (AI-5). Nesse programa, um deles era Florestan Fernandes, com quem fiz dois cursos. Também estavam ali nomes como Octavio Ianni, Cândido Procópio, Maurício Tragtenberg, entre outros. Era um programa de pós-graduação com autores importantes das Ciências Sociais brasileiras.

Sobre minha pesquisa a respeito de autores localizados em dois momentos diferentes da história do Brasil, comecei a perceber a dificuldade de realizá-la. Em conversa com meu orientador e com Florestan Fernandes, acabei me limitando a um contexto e a um autor – Gilberto Freyre. Li sua obra e tive a possibilidade de entrevistá-lo duas vezes – uma em 1985 e outra em 1986, um ano antes de seu falecimento em 1987. Freyre era uma pessoa muito agradável, simpática e bastante reacionária, mas foi uma experiência muito boa ter um diálogo com ele; além, é claro, do diálogo com os professores da PUC-SP, que conheciam bastante a obra, a importância e o lugar político de Gilberto Freyre.

Durante a pesquisa para a tese, pude perceber que a temática sobre Gilberto Freyre era ampla, e me dediquei a estudar apenas uma parte dela, da qual ressalto a questão do patriarcalismo e a questão racial. Defendi o doutorado em Ciências Sociais em 1985, e tive que fazer muitas leituras além de seus livros para compreender os diálogos de Gilberto Freyre com outros autores, uma vez que estava caracterizando um certo rompimento não apenas temático como metodológico operado por este escritor. Por isso, fiz cursos, seminários e participei de vários debates na área de Pensamento Social no Brasil. Depois de concluir o doutorado, integrei como docente o Programa de Pós-graduação da PUC-SP. Eu já era professora na graduação, mas foi nesse momento que passei a orientar várias dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Parte desses trabalhos abordava a questão agrária e outra versava sobre Pensamento Social. Eu já estava dividida entre as duas áreas.

Nesse mesmo período – estou me referindo a meados dos anos de 1980 –, fui professora do curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Araraquara. Tanto na PUC quanto na UNESP havia um excelente clima de discussões e de trocas intelectuais com professores competentes e bons alunos. Construí diálogos importantes, tanto para discussão de teorias sociais quanto de contextos históricos nos quais se localizavam autores ou temas etc.

Em 1989, fiz concurso na área de Sociologia na UNICAMP, onde passei a ministrar cursos de graduação e pós-graduação. Nesse momento, ofereci disciplinas sobre Sociologia Brasileira. Durante o período na UNICAMP – digo, até o ano passado [2020], quando minha última aluna defendeu seu doutorado –, orientei muitas dissertações e teses na área de Pensamento Social e de Sociologia Brasileira, o que me levou a discussões importantes com os alunos nas disciplinas que ministrava e com os alunos que orientava. Na orientação aprendemos muito, porque os orientandos fazem pesquisas mais aprofundadas do que já conhecemos sobre o assunto, e assim nos informamos, lemos e discutimos novas perspectivas. A orientação é uma parte muito importante do trabalho docente. Com a participação de colegas e um bom número de alunos, retomamos as discussões no Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da UNICAMP. Os alunos organizaram a revista *Trapézio*, voltada para os estudos das ideias e do Pensamento Social no Brasil.

Entre 1992 e 1993 fiz estágio de pós-doutorado na Espanha, na Universidade Complutense de Madrid, onde realizei pesquisas para minha tese de Livre Docência. Estudei a influência dos intelectuais espanhóis sobre alguns autores brasileiros, em especial Gilberto Freyre, embora tenha levantado material sobre vários autores – tanto que posteriormente escrevi sobre a influência de Ortega y Gasset na *Cultura Política*, revista do período do primeiro governo de Getúlio Vargas, que foi a revista ideológica do Estado Novo.

Durante esse período, escrevi alguns livros, capítulos e artigos em periódicos da área. A partir desse momento, também comecei a frequentar assiduamente o grupo de Pensamento Social no Brasil da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS),

que reunia pesquisadores da USP, UNESP, UNICAMP, UFRJ, UERJ, FIOCRUZ, Casa de Rui Barbosa, UFF, CPDOC, UFPR, UFMG etc. Além de ter contato com pesquisadores de várias instituições brasileiras – o que amplia muito a experiência intelectual, já que os trabalhos dos colegas são muito importantes para o nosso próprio trabalho –, também mantive contatos com colegas da École des Hautes Études en Sciences Sociales, da França; e com a Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Por meio de um convênio Capes-Cofecub, mantive, ao lado de Marcelo Ridenti, diálogos com Denis Rolland, da Universidade de Estrasburgo. Em torno dessa pesquisa sobre intelectuais e política, Marcelo, Denis e eu organizamos dois livros publicados na França e dois no Brasil.

Fiz um outro estágio de pesquisa, desta vez em Urbino, na Itália, sob a supervisão de Domenico Losurdo. Ele era grande conhecedor de estudos sobre intelectuais, especialista em Hegel, e professor que esteve algumas vezes no Brasil, inclusive na UNICAMP, a convite da professora Walquiria Leão Rego, do Departamento de Ciência Política, e meu. Walquiria e eu, durante esse estágio, organizamos um livro sobre intelectuais e política.

A convite de Gildo Marçal Brandão, professor do Departamento de Ciência Política da USP, os componentes do CEB-UNICAMP integramos o grupo de Pensamento político-social do Instituto de Estudos Avançados da USP, organizado por ele. Desde então trabalhamos juntos em seminários, encontros, congressos e coordenamos juntos o projeto temático “Linhagens do pensamento político-social”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Deste projeto, faziam parte também professores e alunos do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ) e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Várias atividades nacionais e internacionais, bem como a publicação de uma coleção de livros sobre essa temática resultaram das atividades do projeto.

No início dos anos 2000, fiz concurso na UNICAMP para Titular em Pensamento Social no Brasil. Embora tenha me aposentado em 2007, permaneço como professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, tendo orientado trabalhos até pouco tempo. Posteriormente,

fui pesquisadora sênior na UNIFESP, uma experiência enriquecedora, principalmente porque se tratava de curso novo, fundado com a intenção de ampliar cursos de graduação e pós-graduação fora dos núcleos hegemônicos, colocando-os em regiões mais afastadas – no caso em Guarulhos. Trabalhei principalmente no curso de pós-graduação, em consolidação. Trata-se de um curso importante, com vários alunos da região, que têm atuações como professores, como assessores, trabalham em ONG's etc. Sendo um espaço de periferia, a universidade cumpriu – e cumpre até hoje – um papel fundamental, com cursos de extensão e com diversas atividades.

Vale mencionar ainda que, nas minhas relações, desenvolvi trabalhos em vários núcleos, dos quais um é a UFRJ, onde participo do projeto Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS) e frequento o Núcleo de Estudos Comparados e Pensamento Social (NEPS). Vários dos meus orientandos estão alocados em diferentes lugares do Brasil, de modo que pude trabalhar com colegas no Amazonas, em Curitiba, em Marília etc. A relação com meus ex-orientandos, especialmente da área de Pensamento Social, vem sendo articulada a partir das atividades dos grupos de trabalho na ANPOCS e, também, na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), o que possibilita diálogos variados e muito enriquecedores.

Enfim, falei muito, mas é porque tenho uma longa carreira. É uma questão de idade.

Em diálogo com a questão anterior, a senhora poderia mencionar quais são as principais influências teórico-metodológicas presentes em sua agenda de pesquisa no campo do Pensamento Social? Considerando o caráter plural da área, onde suas pesquisas se localizam?

Começo por dizer que não se pode estudar uma área específica sem um aporte à grande teoria – estou me referindo à Sociologia, mas naturalmente isso se aplica a outras áreas. Nesse sentido, foram os estudos clássicos sobre Teoria Sociológica e Pensamento Social que serviram de base para que eu consultasse uma bibliografia específica sobre Pensamento Social no Brasil. Nessa área, acabei desenvolvendo estudos sobre autores,

tendências analíticas e itinerários intelectuais. Isso supôs, ao longo dos meus estudos, consultas de muitos textos de metodologia, para análise de autores e de ideias. Alguns pesaram mais do que outros, mas todos foram muito importantes. De todo modo, vou citar alguns dos que considero que mais contribuíram para as minhas pesquisas.

Um deles é Lucien Goldmann, especialmente o livro *Le Dieu caché* (1955), no qual estuda Pascal e Racine. Com metodologia própria, Goldmann faz importante análise de contexto – entre os séculos XVII e XVIII –, no qual a transformação social e política é relevante, porque os grandes atores, como é o caso da Igreja, diminuem ou perdem o papel de controle da sociedade. Nesse estudo, ele mostra como trabalhar com o contexto e as ideias, e especialmente como o debate responde às mudanças operadas na sociedade onde emergem novos atores. Como a questão da mudança social é central na Sociologia, foi um texto importante para mim.

O livro de Claude Lefort, *Le Travail de l'œuvre Machiavel* (1986), no qual o autor analisa as muitas interpretações sobre Maquiavel, também foi muito importante, porque nele há uma análise sobre o que torna uma explicação exemplar. As explicações são de muitas ordens, e Claude Lefort mostra que uma interpretação como a de Antonio Gramsci é exemplar porque ele faz a relação entre a sociedade e o Estado. Aponta a importância de Gramsci analisar não somente *O Príncipe* (1532), mas também *Histórias Florentinas* (1532) – adicionando uma descrição da sociedade e dos movimentos sociais, políticos e culturais que a atravessam.

Outro autor que contribui para meus estudos em Pensamento Social foi Franco Venturi, em particular nos textos “La circolazione delle idee”, que é um manifesto sobre os estudos das ideias; *Settecento riformatore* (1979), uma grande pesquisa na qual discute como se difundem e circulam as ideias iluministas e como são adotadas em diferentes países; e ainda, em português, *Utopia e Reforma no Iluminismo* (1971), no qual aborda a origem, a consolidação, a difusão e a adaptação das ideias em variados contextos. Quando analisamos o Iluminismo, muitas vezes o pensamos na sua relação com a Revolução Francesa, mas Venturi mostra como algumas dessas propostas já estavam presentes na própria formulação de Dante e de vários autores italianos, e assim, como contribuíram para consolidar

a burguesia italiana. Trata-se de um tema diferente e importante como estudo, porque não se limita ao centro hegemônico – a França –, modelo da revolução burguesa. Trabalha com outra experiência bem importante como referencial metodológico.

Além desses textos e autores, lembro o livro de Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura* (1977); os textos de Karl Mannheim sobre o pensamento conservador; o texto de Pierre Bourdieu sobre o campo da produção cultural; Robert Darnton, e seus vários textos sobre livros e censura; John Pocock; Quentin Skinner; Georg Lukács; Raymond Williams; Erich Auerbach; Fredric Jameson; só para dar alguns exemplos. Como mencionei, não li tudo ao mesmo tempo. Fui examinando os textos durante a realização de diferentes pesquisas. Naturalmente, fui adequando a perspectiva analítica a partir dessas contribuições.

Acho importante lembrar que a leitura de metodologia, ou de metodologias diversas, ajuda a pensarmos os caminhos da pesquisa. Não se trata de elaborar uma cartilha que determine a aplicabilidade de teorias e metodologias; na verdade, no processo de investigação de temas e de autores, temos que estudar as características do tempo e do espaço, e isso é um trabalho pessoal, uma dedicação individual, que muda de caso a caso. Sempre brinco com meus alunos que temos que pensar, e pensar dói. Temos que achar nossos caminhos, se não fazemos trabalhos repetitivos e sem importância. Se você faz algo original, mesmo que erre, está indicando a possibilidade de um caminho novo. É assim nas ciências duras, por que não pode ser assim na Sociologia? A pesquisa científica não é um trabalho simples e fácil, mesmo porque não esgotamos temas e problemas. Deixamos muitas questões no ar que serão retomadas posteriormente por outros pesquisadores a partir de outra ótica e que vão além do que propomos.

Estou dizendo que o artesanato intelectual é importante. Ler uma vez, duas, três ou mais vezes para apreender os sentidos dos textos faz parte do processo de pesquisa. Não há uma regra única a se aplicar. O caminho não é reto, pelo contrário, é cheio de curvas, e não podemos abarcar tudo, temos que exercer a modéstia. Às vezes tentamos abrir muito a temática e descobrimos que é preciso afunilar. O papel do orientador é ajudar a

achar esse caminho. Mesmo porque, infelizmente, a grande síntese já não existe mais na produção teórica brasileira. Digo infelizmente porque ela colocava alguns problemas gerais importantes, e hoje temos uma visão mais fragmentada do processo social. Gilberto Freyre, por exemplo, fez interpretações gerais sobre o Brasil. Não estou dizendo que concordo com elas, mas é inegável que ele aponta muitas das tendências tradicionalistas do Brasil. Darcy Ribeiro, Raymundo Faoro, Florestan Fernandes e outros fizeram interpretações mais gerais que podem servir como exemplos para vermos que não é possível discutir um problema social descolado de uma visão mais ampla sobre a sociedade.

Enfim, acho que é esse conjunto de autores e de perspectivas que contribuíram, embora eu os possa ter lido bem ou mal, para minha produção na área de Pensamento Social.

Dialogando com seus trabalhos recentes, como a senhora vê o lugar que o Pensamento Social no Brasil ocupa no quadro mais amplo das Ciências Sociais?

Escrevemos em português, então, as questões mais gerais sobre o Brasil não têm muita audiência. No entanto, alguns trabalhos sobre desigualdade, participações de pesquisadores em vários quadros internacionais que discutem pobreza, e neste momento a saúde, podem colocar em questão algumas teses sobre as quais o Pensamento Social Brasileiro se debruçou. A questão racial, por exemplo, não é uma questão somente brasileira, embora aqui assuma características próprias – basta pensarmos nos Estados Unidos, onde ela ganhou dimensão política importante. Mas há um acúmulo teórico do pensamento brasileiro sobre essa problemática.

Recentemente tenho me dedicado a estudar mais detidamente a obra de Florestan Fernandes e a tradição de pensamento originada por ele, registrando como ponto de partida a pergunta que Florestan faz sobre o que é fazer Sociologia em um país na periferia do capitalismo. Ora, se essa era uma indagação válida para o Brasil quando ele a coloca no final dos anos de 1950 e início de 1960, hoje é uma questão que se aplica a muitas sociedades contemporâneas. Atualmente, muitos autores fazem perguntas

dessa ordem considerando seus contextos nacionais. Em termos mais amplos: o que é fazer Sociologia no Sul do mundo? Busco pensar a análise de Florestan para iluminar alguns dos problemas de hoje. É nesse sentido que afirmo que o Pensamento Social tem uma aplicabilidade internacional mais a partir de seus temas do que de uma interpretação geral do Brasil, pois sua importância do ponto de vista geopolítico não é grande.

Dessa ótica lembro as pesquisas que Florestan fez sobre a questão racial; a subalternidade; o controle das elites sobre as mudanças sociais; a desigualdade – ou as desigualdades, se quisermos –; as políticas de desconstrução dos direitos sociais; a agência política voltada a não emergência de novos atores sociais; a desqualificação das ações dos movimentos sociais que discutem a discriminação. Esses são alguns dos temas de preocupação de Florestan Fernandes antes de *A revolução burguesa no Brasil* (1975), e que depois vão aparecer sumarizados nesse texto. Ora, são temas muito atuais no mundo de hoje e, obviamente, nos permitem um diálogo maior com a Sociologia internacional.

Diante da crise sanitária que o mundo vivencia é impossível deixarmos de debater questões como desigualdade, solidariedade. Na atual situação, vemos que países pobres não têm número suficiente de vacinas, enquanto alguns países ricos as possuem em excedentes acumulados, para garantir uma dose extra para seus cidadãos, caso seja necessário. O fato de vermos um país como a Índia, que é grande produtor de vacinas e de insumos para vacinas, apresentar elevado número de mortos, é digno de nota.

Enfim, esses problemas vemos cotidianamente emergir e somos obrigados a enfrentar tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. Então, a periferia não é mais territorial; é o elo mais fraco da corrente social. Essa é uma questão que nossa tradição intelectual está acostumada a pensar, pois o Pensamento Social brasileiro teve que lidar com ela.

A Sociologia contemporânea europeia se deparou menos com esses problemas. Nos Estados Unidos, temos algumas tendências importantes sobre teorias da justiça. Embora não sejam hegemônicas na área das Ciências Sociais, são importantes porque levantam algumas das questões que mencionei, e enfrentam também a questão da imigração e a questão racial. A aspereza do debate se revela, por exemplo, na dificuldade de

construir um sistema nacional de saúde nos Estados Unidos, para dar conta da desigualdade que longamente foi naturalizada. De todo modo, há setores intelectuais que foram obrigados a pensar nessas questões.

Reforço, então, que durante a crise sanitária, o que está em questão são as margens do sistema. As margens que fazem parte do sistema, mas que não têm todos os benefícios que o sistema proporciona. A partir do centro, os benefícios vão se tornando escassos. A participação nos bens sociais diminui significativamente. No caso da pandemia, utilizamos um princípio de prevenção contra a Covid-19, que é o distanciamento social. Nas periferias, as casas em geral são muito pequenas. Como praticar o distanciamento nessas condições? Como se isolar ao apresentar sintomas da doença? As desigualdades estão escancaradas para a sociedade num quadro em que a naturalização dos conflitos faz parte do dia a dia.

Nas últimas duas décadas, o país passou por diversas mudanças marcantes. Como o repertório teórico-metodológico do Pensamento Social pode ajudar a interpretar alguns dilemas contemporâneos?

De certo modo, respondi essa questão na última pergunta. Mas acho que vale reforçar que o problema da desigualdade está ganhando marca mais forte no Brasil. A pirâmide social é cada vez mais aguda. Há algum tempo, tive a oportunidade de levantar algumas questões sobre o agronegócio, em particular no Estado de São Paulo, que não se reduz ao plantio de cana-de-açúcar ou de laranja. Examinei mais de perto uma grande empresa situada no interior que já não planta cana-de-açúcar, só terceiriza o plantio. Ela possui duas fábricas de papel, algumas empresas de energia elétrica, uma importante distribuidora de gás, fabricam e alugam máquinas agrícolas. Vale dizer que uma colhedora de cana-de-açúcar custa milhões, porque não apenas corta a cana-de-açúcar, como também desfolha e joga no caminhão, aproveitando o máximo do produto. Em termos de diminuição da mão de obra é algo muito significativo. Há uma pesquisa que indica que algumas mulheres trabalham apenas para separar pedras da cana, de modo a não danificar a máquina. Existe, então, um trabalho superexplorado para garantir o bom funcionamento de uma

máquina, que, se quebrar, gera um enorme prejuízo. O principal acionista dessa empresa, uma das maiores de São Paulo, estava em décimo-quarto lugar entre as maiores fortunas do Brasil e entre as quatrocentas maiores do mundo. Estou falando do interior do país, um caso ilustrativo do quanto a desigualdade vem se aprofundando. Então, chamo a atenção para a brutal concentração de renda no Brasil.

De certa forma, os dirigentes governamentais desconhecem o problema da desigualdade, ou fingem desconhecê-lo. Esse problema se apresenta de modo regional, grupal, setorial etc. A desigualdade não se reduz à economia, ao acesso aos bens. Está presente em questões amplas, como em algumas políticas públicas que dizem respeito à preservação ambiental; lembremos, por exemplo, que na periferia não há tratamento de esgoto. Se pensarmos na preservação ambiental em termos mais gerais – para manter o clima, preservação da floresta etc. –, vemos que os pobres também são os mais afetados. No caso da Amazônia temos a questão indígena. O desmatamento da floresta e as ocupações em terras indígenas afetam direta e indiretamente a vida dessas populações, com aumento das doenças e dificuldades na manutenção da cultura, por exemplo. A poluição dos rios – e os casos mais graves são os dos desastres de Mariana e de Brumadinho, ambos em Minas Gerais – também impacta diretamente a vida dos pescadores mais pobres. Onde e como trabalham agora? Se falarmos sobre a educação, a situação é dramática. Os cortes de verba prejudicam muito as universidades, é verdade. Mas prejudicam principalmente o ensino básico, porque os alunos que estudam em escolas particulares já têm maior poder de competição em relação aos que estudam em escolas públicas, e num cenário de grandes cortes, significando que as escolas vão ficar sem computadores, sem biblioteca e laboratórios, a desigualdade aumenta. Enfim, discussões sobre a pobreza e as desigualdades variadas – de acesso à cultura, ao lazer, ao bom clima, a férias etc. – estão presentes em alguns dos estudos recentes sobre o Pensamento Social brasileiro. Várias pesquisas têm abordado esses diferentes aspectos e suas consequências nas políticas públicas. Destaco especialmente o interesse dos pesquisadores mais jovens por essas questões, que possivelmente percebem que vão herdar um mundo quase impossível de ser administrado.

Para observarmos de mais perto como os estudos recentes do Pensamento Social interpelam problemas contemporâneos, sugiro uma consulta ao blog da BVPS, que tem apresentado estudos, comentários e entrevistas de pesquisadores de vários locais do país.⁶

Nas últimas respostas, a senhora apontou um certo paradoxo: apesar de temas que são caros às interpretações do Brasil, como é o caso da desigualdade, terem um alcance universal, escrevemos em uma língua pouco lida. Nossas discussões teóricas, quando saem das fronteiras nacionais, em geral são a partir de colaborações com pesquisadores do Norte. Como podemos enfrentar esse problema?

Como já afirmei em alguns trabalhos, a tradição intelectual brasileira e latino-americana dos anos de 1950 e 1960 apontou algumas questões teóricas amplas, ainda que não tenham tido desdobramentos teóricos mais sistematizados. Temos que nos perguntar por que naquele momento havia essa possibilidade de diálogo.

De certo modo, o diálogo foi possível porque tínhamos que pensar, em primeiro lugar, o pós-guerra e, em segundo lugar, o projeto desenvolvimentista. Assim, era possível manter um diálogo mais direto com intelectuais latino-americanos, mas também com autores dos Estados Unidos e alguns europeus. Wright Mills, por exemplo, esteve no Brasil no final dos anos de 1950 discutindo essas questões. Também Jacques Lambert, um intelectual francês que escreveu sobre o país. A temática desenvolvimentista era internacional, conectava os intelectuais. Depois, sofreu o embate das diversas ditaduras latino-americanas, que nos isolou das reflexões teóricas mais amplas. Além disso, devemos lembrar que geopoliticamente a América do Sul não tinha – e não tem – a mesma importância da Ásia. Perdemos espaço de diálogo por conta das ditaduras, e elas também prejudicaram geopoliticamente o lugar da América do Sul no jogo internacional. Enfim, tivemos um período obscuro de reflexão, com perseguição aos intelectuais de vários países latino-americanos. Com o final das ditaduras, isso se modificou um pouco, pois em governos

⁶ A consulta por ser feita pelo site: <https://blogbvps.wordpress.com/>

anteriores vivemos a expansão das universidades, o que mudou o cenário e as possibilidades de diálogos. Imagino que essa grande crise sanitária internacional pode abrir caminhos para que possamos compartilhar alguns problemas a serem superados.

De todo modo, convém notar que o modo de funcionamento hoje é a partir de redes internacionais de colaboração. Temos que participar dessas redes. O problema é que nestes últimos anos, com o corte de verbas, houve menos possibilidades de os pesquisadores irem para o exterior, que é um modo pelo qual começamos a nuclearização das redes. Temos redes fortes formadas há algum tempo. Em São Paulo, por exemplo, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) tem redes de colaboração com universidades na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, para discutir questões sobre metrópoles. Na área de segurança pública temos debates que se ampliam internacionalmente. Mas para discutir temas como pobreza, desigualdade e questão racial, ainda não temos grandes redes de colaboração consolidadas. A questão racial tem mais circulação, por exemplo, porque se tornou uma questão forte politicamente em alguns países. A questão da alteridade foi levantada a partir de vários ângulos e acabou aproximando muita gente. Sobre gênero e trabalho, conheço algumas redes de colaboração com a França, mas isso só ocorre porque existe proximidade entre os pesquisadores. Assim, essas redes precisam ser construídas e, depois, o passo é escrever em inglês. Logo precisará ser em espanhol, que está se tornando uma língua ampliada, porque existem inúmeros centros latino-americanos em várias universidades de diversos países. Talvez o espanhol se torne uma língua franca, como é o inglês.

Nesse momento, a falta de financiamento prejudica muito a formação e consolidação de redes internacionais de colaboração. Conheço um pesquisador que foi aceito em uma universidade inglesa e obteve uma bolsa, mas quando foi tirar o visto, o consulado negou, com a observação de que o dinheiro que teria era insuficiente para se manter na Inglaterra com a família. O descompasso de nível de vida em alguns países é muito grande e, com os seguidos cortes de recursos, torna-se cada vez mais difícil construir redes de colaborações que permitam discutir conjuntamente questões concretas e/ou teóricas mais amplas.

Considerando sua importante contribuição para uma reflexão em torno do pensamento conservador, como a senhora analisa o lugar que ele passou a ocupar no debate público?

Estudei vários autores conservadores. Alguns mais profundamente, como foi o caso de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, os colaboradores da revista *Cultura Política*, Octávio de Faria, Luís Amaral. Meu interesse sobre eles partiu da percepção de que, em vários projetos da ditadura militar de 1964, esses autores tiveram muito peso. Golbery do Couto e Silva, importante no processo do golpe e um homem erudito, tinha Oliveira Vianna como livro de cabeceira e conhecia bem seus argumentos. No caso de Gilberto Freyre, além de ele ter apoiado o golpe, era próximo a figuras como Humberto Castelo Branco, que frequentava sua casa. Ele teve um papel importante durante os governos militares, dando assessoria cultural e financiando algumas fundações. Tinha contato e proximidade com os vários Ministros da Cultura daquele período. Além do mais, foi decisivo para que parte da população retomasse posições tradicionalistas e acentuasse a importância da família patriarcal, ajudando conciliações políticas à direita, além de ter discutido a questão do regionalismo que ganhou outra cor durante a ditadura de 1964. Ainda que existisse um desacordo da sociedade em relação à ditadura, principalmente quando ela se encaminha para o final no início dos anos de 1980, é necessário lembrar que vários setores mantiveram seu apoio aos governos militares, e alguns continuaram afirmando posição saudosista e tradicionalista mesmo com a redemocratização.

Hoje vemos claramente que vários direitos conquistados durante a Constituinte, ainda que não tenham sido institucionalizados, ficaram presentes no debate. Mas estes sofreram um desgaste paulatino desde pelo menos 2015, quando começou o processo de discussão do impeachment de Dilma Rousseff. Os grandes líderes reacionários do Brasil eram elogiados, inclusive por aquele que hoje é o atual presidente da República. Desde então, vemos que alguns de seus pronunciamentos e o de vários ministros, com apoio de alguns setores tradicionais da sociedade brasileira, parecem anteriores aos avanços delineados mundialmente em 1968. Não

se esqueçam que os movimentos de então discutiam a visão tradicional da família, a questão do sexo, a escola, o poder da cátedra, o lugar da fala. Alguns dos pronunciamentos acima referidos, que ouvimos quase diariamente, parecem se localizar na Idade Média.

O que gostaria de frisar é meu respeito ao pensamento conservador. Ainda que minhas posições progressistas o rejeitem, reconheço que ele coloca problemas importantes que precisam ser debatidos e discutidos pela sociedade brasileira. Mas o que vemos hoje apresentado por grande parte dos governantes no Brasil não é o pensamento conservador; são ideias, comportamentos e ações reacionárias. Por isso digo que discutir o pensamento conservador é fundamental. Que os princípios universais do liberalismo não se realizam sabemos. Não por acaso estamos falando de desigualdade, de falta de liberdade, de ausência de solidariedade. Temos que admitir o problema, mas não justificar, o que é muito diferente. Claro que o pensamento conservador discute a liberdade e mesmo a igualdade segundo à competência individual, e sabemos que as condições de competição são fundadas socialmente. Precisamos de argumentos bem sólidos contra o reacionarismo e, certamente, contrários aos efeitos políticos, sociais e culturais do conservadorismo.

Uma característica marcante dos seus trabalhos é prestar atenção aos efeitos sociais das ideias, e como as ideias e os intelectuais fazem parte do confronto político e das disputas por visões de sociedade. Diante dos problemas contemporâneos da sociedade brasileira, quais são as principais tarefas e desafios da Sociologia?

Faço essa afirmação em praticamente todos os meus textos, porque me pergunto como a posição dos autores têm efeitos políticos importantes. Não é possível pensar as ideias sem considerar que elas possuem efeitos políticos, elas não vivem no ar - seus efeitos, em grande parte são concretizados. Para analisar o efeito social e político das ideias, temos que pensar simultaneamente o contexto – como princípio analítico – e a formulação das ideias. Obviamente algumas ideias têm relação direta com temas que são colocados por determinado contexto, e a conjugação de forças aí presente confere o alcance e os limites do debate e do conflito.

Como o contexto ao mesmo tempo induz e articula as ideias, esses efeitos podem variar muito. Os efeitos comportamentais podem ser institucionais, podem configurar debates ou podem configurar intervenções. Uma coisa é política, outra coisa é debate e outra ainda é intervenção. A intervenção é legitimada ou não por várias formas, e uma das questões é o papel do debate na definição dos conflitos. Essa é uma tarefa fundamental da Sociologia e do Pensamento Social. Florestan Fernandes dizia que a principal tarefa da Sociologia era ser a consciência crítica da sociedade, e é isso mesmo.

O descaso com a questão ambiental sobre o qual falei antes e a proposta de legislação ambiental discutida agora no Congresso mostra a ignorância desses efeitos que mencionei, porque eles não são efeitos apenas climáticos. Há aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos envolvidos na questão ambiental. A derrubada da floresta, obviamente, se constitui em genocídio dos indígenas, mas também destrói a possibilidade da pluralidade de culturas que compõem a população brasileira. Penso que a Sociologia deve indagar sobre os efeitos dos comportamentos, das ideias, pois o processo de institucionalização não cai do céu. Ou é produto de forças sociais muito fortes que a impõem, ou emerge com caráter representativo da sociedade.

Para dar um exemplo do cotidiano: quando se define a família brasileira hoje, não podemos descrevê-la como há 50 anos atrás. Temos uma grande quantidade de famílias cujo “chefe” são mulheres. Mas, na cabeça de alguns, quando se fala de família, surge a imagem da família tradicional, com traços patriarcais. Quando discutimos a autonomia da mulher como profissional, precisamos repensar, por exemplo, a divisão de tarefas no cotidiano da família. Só estou dando exemplo óbvio, porque algo semelhante vale para outras instituições. No caso da escola, por exemplo, temos que falar sobre ela como uma das formas de absorção do conhecimento, ao contrário do passado, que ela era a única forma, ao lado da família, de absorção do conhecimento. Então temos que repensar o lugar das instituições. A Sociologia precisa enfrentar essas questões.

Para finalizar nossa conversa, a senhora poderia contar um pouco sobre seus atuais projetos de pesquisa?

No momento, estou com dois projetos de pesquisa. Um mais adiantado e outro ainda no início. O primeiro é um livro que procura examinar a obra de Florestan Fernandes e a tradição sociológica decorrente de suas reflexões. Já produzi vários textos sobre o tema e agora estou na fase de redação final – se bem que a fase de redação não exclui a pesquisa, como vocês bem sabem. Tenho alguns capítulos prontos desse livro. O título pode ser provisório, mas espero que não seja, *A terceira margem da sociologia*, porque argumento que se trata de uma Sociologia diferente, no sentido do papel que assume e do patamar de formulação que apresenta. A Sociologia feita na periferia do capitalismo, como estamos conversando, é diferente daquela feita nos centros econômicos e culturais hegemônicos. Ela precisa ser diferente porque a sociedade é caracterizada por conciliações esdrúxulas, como revela o título do livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), de Fernando Henrique Cardoso, um dos pesquisadores principais do grupo de Florestan Fernandes. A princípio não seria admissível combinar capitalismo e escravidão, mas na periferia do capitalismo foi possível. Esse trabalho já está se encaminhando para a reta final. É claro que minha abordagem não esgota o tema. Espero que esteja dando pelo menos uma contribuição para esse debate.

A segunda pesquisa que desenvolvo faz parte do projeto “Minas Mundo: o cosmopolitismo na cultura brasileira”, que reúne cerca de cinquenta pesquisadores de várias universidades, e é nuclearizado na UFRJ, UFMG, UNICAMP, UFRRJ e Universidade de Princeton. Esse projeto foi pensado para discutir as especificidades dos encaminhamentos sobre o modernismo em vários lugares, em particular Minas Gerais, cujo marco é o ano de 1924. O projeto procura rever a questão do localismo e do cosmopolitismo na cultura brasileira, que vai informar vários movimentos específicos, tanto na literatura e no mundo artístico quanto no ensaísmo sociológico. E mesmo no encaminhamento político. Estudamos as diferenças culturais entre as várias regiões, por meio dos artistas, dos intelectuais e dos agentes políticos que vão organizar as

práticas discursivas.⁷ Nesse projeto, estudo uma autora mineira, poeta, ensaísta, professora de Letras da universidade, que nasceu em 1901 e morreu em 1985. Trata-se de Henriqueta Lisboa, que participou de vários grupos intelectuais – seu pai foi deputado no Rio de Janeiro e ela morou lá e em muitos outros lugares –, então construiu muitas redes. Destaco a amizade com Cecília Meireles, a correspondência que manteve com vários escritores modernistas, como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e, principalmente, com Mário de Andrade. Ela também se correspondeu com intelectuais internacionais, dos quais a principal é Gabriela Mistral, escritora chilena que ganhou o Prêmio Nobel. O que está em questão, para Henriqueta, não é apenas a forma modernista ou o conteúdo modernista, mas principalmente a liberdade moderna de criação. Essa é a grande questão que coloca, sendo contrária tanto a certos modismos como a certos tradicionalismos. Ela traduziu muitas coisas, como *O Purgatório* (1472), de Dante. Trata-se de uma tradução muito difícil, porque Dante constrói sua obra em tercetos consecutivos, um exercício de tradução muito grande. Henriqueta traduziu outros italianos importantes e, também, trabalhos de Gabriela Mistral. Enfim, estou iniciando essa pesquisa, embora já tenha participado de algumas atividades e discussões sobre o tema. Fiz recentemente a resenha da obra completa de Henriqueta, que acabou de ser publicada. O que me interessa discutir, nesta pesquisa, é como temos temas diferentes regionalmente e formas distintas de abordagem deles, em razão do lugar social, político e cultural do autor. Anteriormente trabalhei com essa discussão, em uma assessoria do projeto Pensamento Social na Amazônia, que resultou nos três volumes de *Vozes da Amazônia* (2007; 2014; 2016). Então, essa nova pesquisa é uma forma de retomar algumas questões.

É mais ou menos isso. Vou tocando esses trabalhos junto a atividades em seminários e outros eventos.

⁷ Para saber mais sobre o projeto, conferir: <https://projetoaminasmundo.com.br/>

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Elide Rugai. Pensamento social da escola sociológica paulista. In: MICELI, Sérgio (org). *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*. São Paulo/Brasília: Anpocs/Sumaré, 2002, p. 183-232.
- BASTOS, Elide Rugai. Atualidade do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v.26, n.2, p. 51-70, maio/agosto 2011.
- BASTOS, Elide Rugai. Uma sociologia local e cosmopolita. In: CHAGURI, Mariana; MEDEIROS, Mário (org). *Rumos do Sul: periferia e pensamento social*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 17-32.
- BRASIL JR. Antonio. As ideias como forças sociais: sobre uma agenda de pesquisa. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 553-574, maio/agosto 2015.
- BRINGEL, Breno; BRASIL JR., Antonio (coord.). *Antología del pensamiento crítico brasileño contemporáneo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- BOTELHO, André. A coragem da sociologia. *Blog BVPS*. Post de 09/03/2018. Disponível em: <https://blogbvps.wordpress.com/2018/03/09/elide-rugai-bastos-a-coragem-da-sociologia-por-andre-botelho-ufrij/>. Acesso em: 01 jun. 2021.
- MAIA, João Marcelo E. Os sentidos da tradição: um estudo de caso no Pensamento Social Brasileiro. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 535-551, maio/agosto 2015.

Texto recebido em 13/06/2021 e aprovado em 14/06/2021